



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Rosana Martinelli

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre concessões ferroviárias e a ampliação da participação do modal ferroviário na matriz de transportes brasileira.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Leonardo Cezar Ribeiro - Secretário Nacional de Transporte Ferroviário (Ministério dos Transportes);
- Alessandro Baumgartner - Superintendente de Transporte Ferroviário (ANTT);
- Representante da Infra SA;
- Luiz Antônio Pagot – Consultor da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA);
- André Nassar – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE);
- Luís Baldez – Presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT);
- Sr. Bernardo Figueiredo - Consultor de Infraestrutura e Logística.



JUSTIFICAÇÃO

A realização de uma audiência pública para discutir a ampliação da participação do modal ferroviário na matriz de transportes brasileira, bem como seus atuais gargalos, certamente colaborará para definir políticas públicas, fluxos de investimento e caminhos para o desenvolvimento econômico do país, especialmente nos setores do agronegócio e da indústria. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a realização de uma Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal, com o intuito de explorar os possíveis desdobramentos deste tema.

A maior participação do modal ferroviário diversifica as opções logísticas e reduz os custos dos usuários e os efeitos ambientais. Um dos pilares da economia brasileira, o agronegócio depende de um sistema de transporte eficaz para escoar a produção de grãos, carnes e outros produtos agrícolas para os mercados internos e externos. De forma similar, a indústria precisa de transporte rápido e confiável para garantir que seus produtos sejam competitivos.

Outro ponto importante a ser debatido — hoje enxergado como um gargalo — é a qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas ferroviárias. A adoção de tecnologias avançadas, capacitação de mão de obra e investimentos em infraestrutura podem aumentar a eficiência operacional e a confiabilidade dos serviços.

Outrossim, a concorrência no setor ferroviário precisa ser discutida. Os setores produtivos podem se beneficiar de um mercado mais competitivo, que gera melhores serviços e preços mais baixos. Para que isso aconteça, é necessário estabelecer um ambiente regulatório que atraia novos participantes e garanta que o mercado seja equilibrado. Além disso, é essencial incentivar as concessionárias a fazerem mais investimentos em melhoria da infraestrutura ferroviária, bem como um aumento da capacidade de transporte e integração com outros modais, para



que a ampliação da participação desse modal na matriz logística brasileira esteja alinhada com os objetivos econômicos, sociais e ambientais nacionais.

Ademais, também é uma imperfeição do setor a falta de informações claras sobre a precificação e o tempo de viagens, o que prejudica as escolhas dos usuários e a criação de uma relação de confiança entre contratantes e contratados.

Por fim, para garantir benefícios econômicos sustentáveis e justos para todos os envolvidos no transporte ferroviário, é essencial equilibrar as relações contratuais. Esse objetivo pode ser alcançado por meio de uma regulação equilibrada e mecanismos de resolução de disputas eficientes — atualmente, instrumentos como comissões tripartites se mostram inefetivos.

Em resumo, o evento proposto busca reunir os principais interessados no setor para desenvolver estratégias que aumentem o uso do modal ferroviário e sua qualidade, promovendo o crescimento econômico do Brasil e a competitividade de nossos produtos no mercado global. Dessa forma, solicito que este requerimento seja submetido à apreciação dos membros desta Comissão, a fim de que possamos agendar a realização da Audiência Pública o mais breve possível.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2024.

Senadora Rosana Martinelli
(PL - MT)

